

# Fundação Hermínio Ometto

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021



# Conteúdo

Parecer do Conselho Fiscal	2
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Ş
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



#### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Fundação Hermínio Ometto, examinamos o Balanço Patrimonial da Fundação Hermínio Ometto levantado em 31/12/2021 e as respectivas Demonstrações de Resultados, de Resultados Abrangentes, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas correspondentes ao exercício encerrado na referida data.

Com base nos exames que efetuamos e também suportados pelo parecer da auditoria independente realizada por KPMG – Auditores Independentes, somos de opinião que as demonstrações financeiras acima referidas, estão em condições de merecerem a aprovação da Assembléia Geral.

Araras, 23 de março de 2022.

JOSÉ ADILTER ZAPPAROLI

Membro

ALFONSO MARCELO ARCERITO

Membro

ANDRÉ LUIZ ZOCA

Membro



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Avenida Presidente Vargas, 2.121

Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América

Edifício Times Square Business

14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil

Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil

Telefone +55 (16) 3323-6650

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da Fundação Hermínio Ometto Araras – SP

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Hermínio Ometto ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Hermínio Ometto em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 23 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes CRC SP-027611/F

Aline Peres Eleutério Contador CRC SP-295291/O-0



CNPJ 44.701.688/0001-02

#### Balanços patrimoniais

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

En man						****	Table 19
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	7 499 090	8,318,982	Financiamentos e empréstimos	12	10 885 912	11,531,015
Contas a receber de alunos				Fornecedores		797 131	639.040
Valor bruto do contas a receber de alunos		95 407 968	92.460.176	Passivo de arrendamento		118 892	129.00
Aiuste a valor presente		(259 792)	(162.570)	Impostos e contribuições a recolher	15	908 864	942,28
Provisão para perdas de crédito esperadas		(50.100.247)	(61,198,111)	Salários e férias a pagor	13	4 627 246	5,020 32
Subtotal contas a receber de alunos	10	45 047 929	31 099 494	Parcelamento de impostos - Lei 11 941/09		183_601	182.73
Estoques		234 166	332,010	Adiantamentos de alunos e de convênios		533,348	365.21
Outros créditos		897 339	874.417	Receita diferida		127.551	250,000
Cattos Eternos	_			Outras contas a pagar	14	1.655.769	1.948.22
Fotal do ativo circulante		53.678.524	40 624 903				
oral till and circulance		30101010		Total do passivo circulante		19.838.314	21,007,84
São circulante				· · · ·			
Realizável a longo prazo				Não circulante	12	2 725 704	13.013.64
Depósitos judiciais		187 432	187 432	Financiamentos e empréstimos	12	321 302	502.52
Contas a receber de alunos		123 497 025	102,562,589	Parcelamento de impostos - Lei 11 941/09			83.89
Ajuste a valor presente		(3 706 652)	(2.049.851)	Passivo de arrendamento		9,531	
Provisão para perdas de crédito esperadas	4.5	(14.574.180)		Provisões de processos judiciais	16	50,000	40.00
Subtotal contas a receber de alunos	10	105 216 193	100_512_738	Adianiamentos de alunos e de convênios		4.037	1,28
Outros créditos		105.486	125 262	Receita diferida		393,282	520.83
				Outras contas a pagar	14	1.578.597	1 481 67
	_	105 509 111	100 825 432	Total do passivo não circulante		5.082 453	15.643.86
Direito de uso		123,070	210.014				
Imobilizado	11	77 724 873	79 776 733	Patrimônio liquido	17		
Intangivel		128:104	122 544	Patrimonio social		163 901 089	146 924 22
mangiver	-	120,101		Reserva de reavalição		20,575,211	21 006 83
				Superávits acumulados		27 766 615	16 976 86
P. J. I. A Alice and a simulation		183 485 158	180 934 724	Superior to the control of the contr			
l'otal do ativo não circulante	.55	103 103 130	1110 73 17 2 1	Total do patrimônio líquido		212 242 915	184 907 9
				Total do passivo	-	24 920 767	36.651.70
Total do ativo		237,163,682	221 559 627	Total do passivo <mark>k</mark> patrimônio liquido		237.163.682	221.559.62

FERNANDO FERNANDES ALVARES LEITE

CPF 715,008 208-49

FRANCISCO E FERNANDES SANCHES Offeto Administrativo-financeiro CDF 037 993 238-56

JORGE HIROSHI N Conselheiro CPF 670 375 858-15

PAULO CÉSAR DE MORAES Contador - CRC | SP252960/O-4 CPF 078.720.618-05



CNPJ 44.701.688/0001-02

#### Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

18	110,321,535 61,327,413 454,022 172,102,970 (15,440,998) (8,122,721) (2,866,794) (34,896,901) (14,484,428) (9,584,355) (7,407,540) (5,213,746)	131_043_038 70_529_432 398_748 201_971_218 (19_642_011) (12_735_879) (459_967) (37_691_575) (14_969_051) (15_791_506) (8_863_439)
24	61,327,413 454,022 172,102,970 (15,440,998) (8,122,721) (2,866,794) (34,896,901) (14,484,428) (9,584,355) (7,407,540) (5,213,746)	70,529,432 398,748 201,971,218 (19,642,011) (12,735,879) (459,967) (37,691,575) (14,969,051) (15,791,506)
24	61,327,413 454,022 172,102,970 (15,440,998) (8,122,721) (2,866,794) (34,896,901) (14,484,428) (9,584,355) (7,407,540) (5,213,746)	70,529,432 398,748 201,971,218 (19,642,011) (12,735,879) (459,967) (37,691,575) (14,969,051) (15,791,506)
24	454,022 172,102,970 (15,440,998) (8,122,721) (2,866,794) (34,896,901) (14,484,428) (9,584,355) (7,407,540) (5,213,746)	398,748 201,971,218 (19,642,011) (12,735,879) (459,967) (37,691,575) (14,969,051) (15,791,506)
24	172,102,970 (15,440,998) (8,122,721) (2,866,794) (34,896,901) (14,484,428) (9,584,355) (7,407,540) (5,213,746)	201,971,218 (19,642,011) (12,735,879) (459,967) (37,691,575) (14,969,051) (15,791,506)
24	(15,440,998) (8,122,721) (2,866,794) (34,896,901) (14,484,428) (9,584,355) (7,407,540) (5,213,746)	(19,642,011) (12,735,879) (459,967) (37,691,575) (14,969,051) (15,791,506)
18	(8.122,721) (2.866,794) (34,896,901) (14,484,428) (9,584,355) (7,407,540) (5,213,746)	(12,735,879) (459,967) (37,691,575) (14,969,051) (15,791,506)
18	(8.122,721) (2.866,794) (34,896,901) (14,484,428) (9,584,355) (7,407,540) (5,213,746)	(12,735,879) (459,967) (37,691,575) (14,969,051) (15,791,506)
18	(8.122,721) (2.866,794) (34,896,901) (14,484,428) (9,584,355) (7,407,540) (5,213,746)	(12,735,879) (459,967) (37,691,575) (14,969,051) (15,791,506)
18	(2,866,794) (34,896,901) (14,484,428) (9,584,355) (7,407,540) (5,213,746)	(459,967) (37,691,575) (14,969,051) (15,791,506)
18	(34,896,901) (14,484,428) (9,584,355) (7,407,540) (5,213,746)	(37,691.575) (14,969.051) (15,791,506)
18	(14,484,428) (9,584,355) (7,407,540) (5,213,746)	(14,969.051) (15,791,506)
18	(9,584,355) (7,407,540) (5,213,746)	(15,791,506)
18	(7.407.540) (5.213.746)	
18	(5.213.746)	(8 863 439)
18		
		(5,638,299)
19	(98.017.483)	(115,791,727)
18	74 085 487	86,179,491
<del>)</del>		
16	(42.252.205)	(49.006-470)
		(48.906.478)
		(2.132.666)
19 / 24	(8.4/8.044)	(9.310.348)
-	(54,138,622)	(60 349 491)
-	19,946,865	25 830 000
	1.296.772	1,587,229
	6.313	6,455
24	5_213_746	5 638 299
	(3.766.417)	(10.880 185)
19	(15.497.895)	(14,673,338)
19/24	8_478_044	9.310.348
	n 😘	76,502
	(6.313)	(6.455)
	(7.737)	(17.093)
	15.663.378	16.871.762
-		·
20	16,945,703	5.964.810
20	(5.274.087)	(6,296,440)
-	11.671.616	(331,630)
	7.334.994	16.540.132
	24 19 19/24	19 (2,408,283) 19/24 (8,478,044) (54,138,622) 19,946,865 1,296,772 6,313 24 5,213,746 19 (15,497,895) 19/24 8,478,044 (6,313) (7,737) 15,663,378 20 16,945,703 20 (5,274,087) 11,671,616



CNPJ 44.701.688/0001-02

#### Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

m reais)		
	2021	2020
	2021	2020
Superávit do exercício	27.334.994	16.540.132
Resultado abrangente do exercício	27.334.994	16.540.132
finas for wife		
FERNANDO FERNANDES ALVARES LEITE	JORGE HIROSHI MU Conselheiro	RAKAMI
Presidente CPF 715.008.208-49	CPF 670.375.858-15	
FRANCISCO E.FERNANDES SANCHES Diretor Administrativo-financeiro CPF 037.993.238-56	PAULO CESAR DE N Contador - CRC 1SP2: CPF 078.720.618-05	TORÁES
As notas evaluativas são nade integrante das demonstrações financeiras		



CNPJ 44.701.688/0001-02

#### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em reals)					
		Patrimônio social	Reserva de reavaliação	Superávits acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	Nota	122,650,923	21,443,561	24.273,305	168.367.789
Transferência para patrimônio social	17	24.273.305	€.	(24.273.305)	¥
Realização da reserva de reavaliação	17	*	(436.729)	436.729	
Superávit do exercício	- 73			16.540.132	16,540,132
Saldos em 31 de dezembro de 2020	- 6	146.924.228	21.006.832	16.976.861	184.907.921
Transferência para patrimônio social	17	16.976.861	189	(16,976.861)	
Realização da reserva de reavaliação	17	5	(431.621)	431.621	
Superavit do exercício			122_V =	27.334.994	27.334.994
Saldos em 31 de dezembro de 2021		163.901.089	20.575.211	27.766,615	212,242,915

FERNANDO FERNANDES ALVARES LEITE

Presidente

CPF 715.008.208-49

Conselheiro

CPF 670.375.858-15

FRANCISCO E.FERNANDES SANCHES

Diretor Administrativo-financeiro

DF 037.993.238-56

PAULO CESAR DE MORAES Contador - CRC 1SP252960/O-4 CPF 078.720.618-05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CNPJ 44.701.688/0001-02

#### Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Kim reass)	Nota	2021	2020
fluxos de caixa das atividades operacionais			
Superávit do exercício	-	27 334 994	16 540 132
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas			
atividades operacionais:			2 700 001
Depreciação	11	3,843,717	3,799,901
Amortização intangível		62 900	70,530
Amortização direito de uso		151,831	406.139
Resultado na baixa de ativo imobilizado	24	8 193	17 510 269 051
Ajuste a valor presente do contas a receber	10 10	1 754 023 3 476 316	10 679 421
Provisão para perdas de crédito esperadas liquidas		344 775	854 791
Juros reconhecidos referente a créditos a receber		(20.899)	36 272
Provisão para obsolescência dos estoques			36 363
Realização AVP passivo de arrendamento	16	15,236 17,311	(76.502)
Constituição/reversão de provisões	10	(56)	(33,143)
Juros e encargos financeiros	12.1	1.592.193	3,119,164
Juros não realizados referente a empréstimos e financiamentos	12.1	1,372,173	511.71.01
(Aumento) ou diminuição ativos			
Contas a receber de alunos		(3,292,568)	(5,650,320)
Estoques		118,744	(30,793)
Outros créditos		(22,922)	85,896
Depósitos judiciais			8,959
Contas a receber de alunos - longo prazo		(20.934.436)	(17,667,051)
Outros créditos - longo prazo		19.776	21.528
(Dunisuinče) aumento parcivos			
(Diminuição) aumento passivos Fornecedores		158,091	(222.387)
Impostos e contribuições a recolher		(33.424)	(211,702)
		(393,074)	(1_442_R63)
Salarios e ferias a pagar  Parcellomento de impostos - Lei 11 941/09		(180.355)	(157.486)
Parcelamento de impostos - Lei 11,941/09  Pagamentos de processos judiciais	16	(7.311)	(19,206)
Pagamentos de processos judiciais  Adianiamento de alunos e convênios	10	170.880	(406,246)
Adiantamento de atunos e convenios Receita diferida		(250,000)	(250,000)
		(195.539)	706.733
Outras contas a pagar	\ <u>-</u>	(.,,,,,,,,	100/100
Caiva gerado nas atividades operacionais	=	13 738 396	10 484 691
Fluxo de caiva líquido proveniente das atividades operacionais	:=	13.738.396	10,484,691
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	11	(1.800.049)	(2 478 752)
Aquisição de intangível	_	(68 459)	(16.850)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(1.868.508)	(2 495 602)
Fitto ne carxa nquitto utilizano nas attenzates ne investmento		(1310123011)	(3 17.11000)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos iomados	12.1	-	31 760 174
Pagamentos de passivos de arrendamento	12.1	(164,542)	(406 475)
Pagamento de juros	12.1	(1.293.246)	(4.239.073)
Pagamentos de empréstimos	12.1	(11.231.992)	(28.658.228)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		(12,689,780)	(1.543.602)
·	-		
Diminuição (aumento) de caixa e equivalentes de caixa		(819.892)	6.445.487
370			1.873.495
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercício		8.318.982	
	2	8 318 982 7 499 090	8 318 982
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u> </u>	7 499 090	8.318.982
Caixa e equivalentes de eaixa no início do exercício			
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercício Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		7 499 090	8.318.982
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercício Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		7 499 090	8.318.982
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		7 499 090	8.318.982
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercício Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício  Diminuição (aumento) de caixa e equivalentes de caixa		7 499 090	6.445.487
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercício Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício  Diminuição (aumento) de caixa e equivalentes de caixa  FERNANDO FERNANDES ALVARES LEUTE		7 499,090 (\$40,892)	6.445.487
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício  Diminuição (aumento) de caixa e equivalentes de caixa  FERNANDO FERNANDES ALVARES LEUE  Presidente	(	7 499 090  (Rip. 892)  ORGE HIROSHI S	8.318.982 6.445.487
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercício Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício  Diminuição (aumento) de caixa e equivalentes de caixa  FERNANDO FERNANDES ALVARES LEUTE	(	7 499,090 (\$40,892)	8.318.982 6.445.487
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício  Diminuição (aumento) de caisa e equivalentes de caixa  FERNANDO FERNANDES ALVARES LEUE  Presidente	(	7 499 090  ORGE HIROSHI S  Conselheiro  CPF 670.375.858-1	8.318.982 6.445.487
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício  Diminuição (aumento) de caixa e equivalentes de caixa  FERNANDO FERNANDES ALVARES LEUE  Presidente	(	7 499 090  ORGE HIROSHI S  Conselheiro  CPF 670.375.858-1	8.318.982 6.445.487
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercício Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício  Diminuição (aumento) de caixa e equivalentes de caixa  FERNANDO FERNANDES ALVARES LEUTE  Presidente CPF 715,008,208-49	(	ORGE HROSHI : Conselheiro CPF 670.375.858-1	8.318.982 6.445.487 MURAKAMI S
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercício Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício  Diminuição (aumento) de caixa e equivalentes de caixa  FERNANDO FERNANDES ALVARES LEUTE  Presidente CPF 715.008.208-49  FRANCISCO E.FERNANDES SANCHES		ORGE HROSHI I	8.318.982 6.445.487 MURAKAMI 5 E MORAES
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercício Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício  Diminuição (aumento) de caixa e equivalentes de caixa  FERNANDO FERNANDES ALVARES LEUTE  Presidente CPF 715.008.208-49		ORGE HROSHI : Conselheiro CPF 670.375.858-1	8.318.982 6.445.487 MURAKAMI 5 E MORAES
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercício Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício  Diminuição (aumento) de caixa e equivalentes de caixa  FERNANDO FERNANDES ALVARES LEUTE  Presidente CPF 715.008.208-49  FRANCISCO E.FERNANDES SANCHES		ORGE HROSHI I	8.318.982 6.445.487 MURAKAMI 5 E MORAES P252960/O-4



#### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A Fundação Hermínio Ometto ("Fundação"), com sede na Av. Dr. Maximiliano Baruto, nº 500, na cidade de Araras/SP, é uma entidade autônoma e pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e com atividade preponderante na área de Educação, conforme o art. 3º do Estatuto Social, com Título de Utilidade Pública Estadual, conforme Lei nº 1.840 de 7 de novembro de 1978, e Título de Utilidade Pública Municipal, conforme Lei nº 1.113 de 11 de agosto de 1975. Tem por objetivo social criar, instalar, manter e promover a expansão de institutos de nível superior, podendo desenvolver suas atividades nos demais níveis de ensino, se assim lhe for conveniente, e suas atividades deverão se orientar no sentido do desenvolvimento cultural, social, científico, técnico e econômico do país, dando maior ênfase aos campos mais diretamente ligados à saúde e ao aperfeiçoamento humano.

A Fundação, na condição de Entidade Beneficente na área da Educação, goza da imunidade tributária, prevista na Constituição Federal, no que se refere ao seu patrimônio, renda, serviços e contribuições sociais para o desenvolvimento de seus objetivos, atendendo aos requisitos legais que asseguram essa imunidade, estando sujeita à inspeção e aceitação pelas autoridades competentes por períodos variáveis de tempo. A Fundação vem prestando contas regularmente de acordo com os prazos estabelecidos por cada órgão. Esses prazos são anuais e trienais.

Renovação do certificado de entidade beneficente de assistência social

Em 29 de novembro de 2021, foi publicada, no Diário Oficial da União, a certificação da Fundação relativa ao Processo nº 23000.022538/2016-46, cuja vigência do certificado é de 17 de maio de 2016 a 16 de maio de 2019.

Em maio de 2019 e dezembro de 2021, foram protocolados no Ministério da Educação (MEC) os pedidos de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), referentes às vigências de maio de 2019 a maio de 2022 conforme o Processo nº 23000.014355/2019-08 e de maio de 2022 a maio de 2025 conforme o Processo nº 23000.031973/2021-29, respectivamente, os quais se encontram em análise. De acordo com o art. 37 § 2º da Lei Complementar nº 187/2021, a Fundação continua a usufruir da certificação relativa ao Processo nº 23000.022538/2016-46 até o julgamento do novo pedido de certificação.

1.1 Impactos causados pela pandemia Covid-19 e Ações tomadas pela FHO

A pandemia de COVID-19 apresentou um dos cenários mais desafiadores da história recente, não somente para o ambiente de negócios, mas para a humanidade em geral. O plano de reação à COVID-19 da FHO, apresentado abaixo, demonstra, claramente, quais foram as prioridades institucionais tomadas a partir do primeiro trimestre de 2020 e mantidas para o ano de 2021: garantir a saúde de nossos colaboradores e alunos bem como a continuidade da prestação dos serviços educacionais. Enfrentamos também no ano de 2021 diariamente a necessidade de nos reinventar; de pensar e agir diferente; e de encarar a crise como oportunidade, apesar das marcas que a pandemia certamente deixará em nossa Instituição e em nossa sociedade. É com este espírito que estamos enfrentando a presente situação. Acreditamos que mudanças que levariam anos para ocorrer estão acontecendo em tempo recorde. Este fato renova nossa convicção de que a busca constante pelo redesenho inovador dos processos continuará a ser um fundamento indispensável para a continuidade de nossa história de sucesso, especialmente em tempos de incerteza. Nossa

3 11

A





visão é que, na atualidade, apenas sobrevivem as instituições que possuem a capacidade de vislumbrar os cenários futuros e de se adaptar rapidamente às mudanças.

O mercado do Ensino Superior Privado já vinha, anteriormente à pandemia, vivenciando um período de grandes dificuldades em razão da prolongada crise econômica, que resultou na estagnação do número de egressos do ensino médio e no acirramento da concorrência.

Desde o primeiro trimestre em 2020, novos desafios foram impostos às Instituições de Ensino Superior com a pandemia de Covid-19. Diante da necessidade de distanciamento e isolamento social, necessários para conter o avanço da doença, ficou evidente que o país enfrentaria uma retração econômica, com aumento do número de desempregados e queda da renda, o que agravaria ainda mais a situação que já vinha sendo enfrentada pelo segmento educacional. Para o enfrentamento da crise, as IES particulares tiveram que adotar medidas rapidamente com a finalidade de possibilitar aos alunos a continuidade nos estudos.

No ano de 2021, a FHO manteve seu Plano de Ações com vistas a resguardar a saúde de seus alunos e colaboradores, a manutenção de sua capacidade operacional e seu equilíbrio financeiro. Destacamos a seguir os principais objetivos do citado Plano:

1. Garantir a continuidade dos serviços educacionais, através de plataforma digital, sem prejuízo aos alunos.

Para isso, foi adotado o método de aulas remotas síncronas, utilizando a plataforma *Google for Education*. Neste, professores e alunos interagiram virtualmente, nos mesmos horários previstos para as aulas, de maneira semelhante ao que ocorre presencialmente.

2. Reestruturar o corpo de colaboradores técnicos administrativos e de docentes, buscando um equilíbrio entre a preservação de empregos e a perenidade da Instituição.

Diante da continuidade à paralisação das aulas presenciais, a FHO manteve a redução do quadro de colaboradores para as manutenções e operações necessárias ao funcionamento da Instituição.

3. Priorizar a saúde dos colaboradores.

As medidas adotadas de proteção à saúde dos funcionários, de acordo com as regras definidas pelos órgãos competentes, e o teletrabalho (*home office*) para as funções que puderam ser desempenhadas, foram mantidas no decorrer do ano de 2021.

4. Favorecer a permanência de nossos alunos nos estudos.

A FHO manteve o Programa de Auxílio Emergencial – PAE para apoio aos alunos com dificuldades na manutenção do pagamento das mensalidades em razão da pandemia. Os que tiveram suas solicitações aprovadas, mediante análise da perda ou redução de renda, puderam postergar para o final do curso o início do pagamento das mensalidades de 2021. Buncando melhorias ao processo de ensino aprendizagem, com às adaptações das matrizes curriculares e ao empenho de toda a comunidade universitária, o que possibilitou a manutenção de baixos índices de evasão e de inadimplência também no ano de 2021.

5. Buscar a saúde financeira da Instituição.

No período de 2021, a FHO manteve firme a redução de seus gastos operacionais e de investimentos em sua estrutura, favorecendo assim o equilíbrio em suas contas.







Ainda sim, os impactos da pandemia de COVID-19 devem perdurar por um longo período. Porém com a certeza da retomada do ensino presencial no atual ano letivo de 2022, vesnumbramos um fôlego a ser enfrentado pela FHO. Mantemos e aprimoramos a adoção de novas metodologias de ensino e aprendizagem e a incorporação de tecnologia aos processos administrativos. Há tempos, imaginávamos que o ensino superior passaria por um grande processo de mudança. A nova realidade imposta pela COVID-19 fez com que esse processo, que levaria um tempo razoável para ocorrer, fosse significativamente acelerado.

#### 2 Base de preparação

# Declaração de conformidade - Com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e Resolução nº 1409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprova a interpretação ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, que tratam de orientações específicas para entidades sem finalidade de lucros.

#### Regime contábil adotado

A Instituição adota o regime de competência em suas práticas contábeis, sendo que suas receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, respeitando os Princípios da Oportunidade e da Competência.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho Fiscal em 23 de março de 2022.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Fundação estão apresentadas na nota explicativa nº 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### 3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras foram apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Fundação. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, e elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis.

#### 4 Uso de estimativas e julgamentos

#### (i) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.







#### Incertezas sobre premissas e estimativas (ii)

As informações de incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 10 Premissas para constituição de Provisão para perdas de crédito esperadas;
- Nota Explicativa nº 11 Vida útil dos bens do ativo imobilizado; e
- Nota Explicativa nº 16 Provisões de processos judiciais.

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Fundação requer a mensuração dos valores justos para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Fundação estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 (premissa para ativo e passivo que não são baseados em observáveis de mercado), e reportes diretamente para a Diretoria Financeira.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Fundação usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Fundação reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota Explicativa nº 21 - Instrumentos financeiros,

14



# 5 Mudanças nas principais políticas contábeis devido ao novo CPC e ICPC

A Fundação adotou inicialmente as alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40 e CPC 06 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2 a partir de 1º de janeiro de 2021.

A Fundação aplicou as alterações da Fase 2 retrospectivamente. No entanto, de acordo com as exceções permitidas nas alterações da Fase 2, a Fundação optou por não reapresentar comparativos para os períodos anteriores para refletir a aplicação dessas alterações. Uma vez que a Fundação não teve transações para as quais a taxa de referência tenha sido substituída por uma taxa de referência alternativa em 31 de dezembro de 2020, não há impacto nos saldos de abertura inicial em resultado da aplicação retrospectiva.

## Políticas específicas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2021 para a reforma da taxa de juros de referência

As alterações da Fase 2 fornecem alívio prático de certos requerimentos das Normas IFRS. Esses benefícios referem-se a modificações de instrumentos financeiros e contratos de arrendamento ou relações de hedge desencadeadas pela substituição de uma taxa de juros de referência em um contrato por uma nova taxa de referência alternativa.

Se a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado mudasse como resultado da reforma da taxa de juros de referência, a Fundação atualizaria a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. A reforma da taxa de juros de referência exige uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais se as seguintes condições forem atendidas:

- a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando alterações foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de alterações na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Fundação primeiro atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois, a Fudação aplica as políticas contábies de modificações nas alterações adicionais.

As políticas contábeis utilizadas nessas demonstrações financeiras são as mesmas que as adotadas nas demonstrações financeiras da Fundação no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Essas normas também entraram em vigor na data mencionada.

#### 6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.







#### 7 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

#### a. Instrumentos financeiros

#### (i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Fundação se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

#### (ii) Classificação e mensuração subsequente

#### Ativo financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Fundação mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Fundação pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

3



Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.. No reconhecimento inicial, a Fundação pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Fundação realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Fundação;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Fundação.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

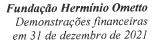
Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Fundação considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Fundação considera:

• Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;

9 17

ixa;





- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Fundação a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

#### Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

#### Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

#### (iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

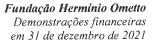
A Fundação desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Fundação realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Fundação desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

S 18





No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Reforma da taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Companhia e suas controladas atualizam a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Fundação atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Fundação aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### b. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescido de reavaliação espontânea, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessária.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Fundação inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta.
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados.
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.



Taxa - Anos



Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

#### (ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Fundação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

#### (iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo.

As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Conta	
Edificações	13,5 a 60 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Instalações	2 a 20 anos
Móveis e utensílios	5 a 15 anos
Veículos	4 a 10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

#### c. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pelas mensalidades ou prestação de serviços pela Fundação. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva, menos a provisão para "impairment". A provisão para perdas é estabelecida desde o faturamento com base nas performances apresentadas pelas diversas linhas de negócio e respectivas expectativas de cobrança até 365 dias do vencimento. O cálculo da provisão é baseado em estimativas de eficiência para cobrir potenciais perdas na realização das contas a receber, considerando sua adequação contra a performance dos recebíveis de cada linha de negócio consistente com a política de "impairment" de ativos financeiros ao custo amortizável. Normalmente, na prática, o contas a receber é reconhecido ao valor faturado e ajustado ao valor de realização. O contas a receber de clientes decorrentes de operações de longo prazo é ajustado a valor presente.

#### d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio da média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes





O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

#### e. Redução ao valor recuperável - Impairment

#### (i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Fundação sobre condições de que esta não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

#### (ii) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Fundação considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

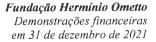
Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Fundação utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando aplicável. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

#### (iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Fundação, que não os estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.







O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

A Administração da Fundação não identificou nenhuma evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade de ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

#### f. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Fundação tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

#### Receita operacional - Mensalidades g.

A receita operacional de mensalidades que inclui parcelas de anuidades/semestralidades no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, sendo reconhecida mensalmente conforme a realização contratual.

#### Receitas financeiras e despesas financeiras h.

As receitas financeiras abrangem basicamente os encargos recebidos sobre mensalidades em atraso e a atualização do PagFácil. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos, ajuste a valor presente de créditos a receber e descontos concedidos - Campanha de cobrança.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

#### Ajuste a valor presente de ativos e passivos i.

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e, em certos casos, implícita dos respectivos ativos e passivos, e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, estes juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. A Fundação utiliza a taxa de 5,5% para o cálculo do AVP.

#### Arrendamentos j.

No início de um contrato, a Fundação avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Fundação utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).





Fundação Hermínio Ometto Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

#### Como arrendatário (i)

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Fundação aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Fundação optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Fundação reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

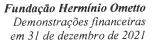
O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Fundação. Geralmente, a Fundação usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Fundação determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual: e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.





O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Fundação alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Fundação apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

#### Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Fundação optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Fundação reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

#### Gratuidades k.

O beneficio concedido como gratuidade por meio da prestação de serviços educacionais foi reconhecido pelo valor efetivamente praticado, em conformidade com a Interpretação ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros.

#### l. Destinação do superávit

A Fundação não tem finalidades lucrativas e não distribiu lucros, bonificações ou vantagens financeiras aos seus diretores ou mantenedores, e os saldos de seu balanço são aplicados no aumento do seu patrimônio visando a sua continuidade.

#### Novas normas e interpretações ainda não adotadas aplicáveis as demonstrações m. financeiras

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Fundação não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

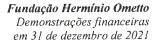
Não se espera que as seguintes normas e interpretações alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

#### a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. A Fundação determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2021 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor.









#### b) Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Fundação:

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26);
- Contratos de Seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26); e
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

#### 8 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Fundação exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

#### Contas a receber de alunos e outros créditos

O seu valor justo é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

#### Outros passivos financeiros não derivativos

Os financiamentos e empréstimos estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

#### 9 Caixas e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são constituídos conforme a seguir:

	2021	2020
Caixa e bancos Aplicações financeiras (i)	66.403 	40.723 8.278.259
	7.499.090	8.318.982

(i) As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros se referem substancialmente a aplicações automáticas e Certificados de depósitos bancários de renda fixa, remunerados a uma taxa média de 100% a.a. do CDI (99% a.a. em 2020).

A exposição da Fundação a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 21.

25

2020



#### 10 Contas a receber de alunos

	2021	2020
Mensalidades a receber (i)	112.580.770	101.972.601
Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)	183.079	262.510
Cheques em cobrança	89.172	90.489
Crédito estudantil (ii)	106.051.972	92.697.164
	218.904.993	195.022.764
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas (iii)	(64.674.427)	(61.198.111)
(+) Ajuste a valor presente (iv)	(3.966.444)	(2.212.421)
	150.264.122	131.612.232
(-) Parcela a receber a longo prazo classificada no ativo não circulante	_(105.216.193)	(100.512.738)
Parcelas no ativo circulante	45.047.929	31.099.494

Nesse exercício, a provisão para perdas de crédito esperadas representa 30% (31% em 31 de dezembro de 2020) do total dos créditos de mensalidades em aberto até 31 de dezembro de 2021.

- (i) Mensalidades a receber inclui parcelas de anuidades vencidas e a vencer.
- (ii) Crédito estudantil refere-se ao programa de crédito estudantil próprio da Fundação, extensivo aos alunos bolsistas, ele possibilita o pagamento de até metade do curso depois de formado e é viabilizado com recursos próprios, sem intermediação de instituição financeira. As parcelas são pagas com o reajuste similar ao que é aplicado anualmente em cada curso, sem acréscimo de juros e sem análise de crédito. As mensalidades com vencimentos em períodos futuros são reconhecidas mensalmente conforme a realização contratual.
- (iii) A Provisão para perdas de crédito esperadas foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber. O cálculo da provisão para perdas de crédito esperadas considera os percentuais históricos (índices) de recuperação de valores abertos considerando o período de maturação na carteira de mensalidades a receber, bem como as expectativas de negociações com os alunos ao longo do curso. Esses índices são atualizados mensalmente para composição da série histórica que é base para a estimativa da provisão para perdas de crédito esperadas reconhecida.
- O valor presente (AVP) é calculado sobre os valores de receita reconhecidas mensalmente e que tenham vencimentos em períodos futuros, notadamente produtos usados pelos alunos beneficiados pelo crédito estudantil próprio PagFácil. A taxa média ponderada utilizada para realizar o desconto dos valores no período foi de 5,5%. A reversão do AVP constituído no mês da receita, pode ocorrer de 2 formas: a) pela evolução natural dos contratos no tempo, isto é, mensalmente é revertido o valor proporcional do mês com impacto positivo no resultado; e b) quando ocorre a evasão do aluno, que nos permite, de acordo com o contrato assinado, cobrar antecipadamente o saldo devedor e, nesse caso, o saldo do AVP é revertido integralmente. Contas a receber do PagFácil e de renegociações de mensalidades com vencimento superior a 365 dias, líquido dos ajustes a valor presente. O contas a receber apresentou aumento decorrente de uma maior exposição dos produtos de parcelamento da Fundação, como o PagFácil, nos quais o pagamento ocorre apenas após a conclusão do curso, aliado ainda ao elevado volume de mensalidades em aberto em razão do cenário econômico instável.

9 26



A composição dos saldos a receber por idade de vencimento é dada por:

	2021	2020
Créditos a vencer Créditos em atraso de 1 a 30 dias Créditos em atraso de 31 a 60 dias Créditos em atraso de 61 a 90 dias Créditos em atraso de 91 a 180 dias Créditos em atraso entre 6 meses e 1 ano Créditos em atraso entre 1 ano e 2 anos Créditos em atraso acima de 2 anos	49.835.568 1.833.340 1.488.062 1.393.712 2.702.001 3.846.564 6.801.314 44.680.209	37.853.733 1.867.401 1.570.597 1.510.593 3.240.809 5.316.746 8.414.832 42.197.890

#### Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas

Saldo da provisão em 1º de janeiro de 2021 Estorno de provisão Complemento da provisão durante o exercício	(61.198.111) 730.640 (4.206.956)	(50.518.690) 200.764 (10.880.185)
Saldo da provisão em 31 de dezembro de 2021	(64.674.427)	(61.198.111)
Movimentação do ajuste a valor presente		
Saldo em 1º de janeiro de 2021 Complemento do ajuste durante o exercício	(2.212.421) (1.754.023)	(1.943.371) (269.050)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(3.966.444)	(2.212.421)

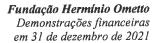
Provisão para perdas de crédito esperadas e baixas:

Mensalidades: A Fundação constitui mensalmente a provisão para perdas de crédito esperadas analisando os valores de recebíveis constituídos a cada mês (no período de 84 meses) e as respectivas aberturas por faixas de atraso, calculando sua "performance" de recuperação. Nessa metodologia, para cada faixa de atraso é atribuído um percentual de probabilidade de perda estimada levando em conta informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos, que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis, tais como a taxa de desemprego.

- FIES: A Fundação constitui provisão para perdas de crédito esperadas para os valores gerados no âmbito do FIES de acordo com as estimativas de perda associadas aos alunos contemplados pelo Programa, sendo as seguintes premissas consideradas:
- Para os contratos com fiador foi constituída uma provisão de 10% do faturamento dessa natureza, considerando que a Fundação assume 100% de exposição ao risco de crédito FIES e uma estimativa de 15% de inadimplência.
- Para os contratos cobertos pelo FGEDUC, foi constituída uma provisão de 10% do faturamento dessa natureza, considerando que o Fundo Garantidor é responsável por 90% da exposição ao risco de crédito FIES e uma estimativa de 15% de inadimplência.
- Este percentual leva em consideração:



www.fho.edu.br





- (a) a expectativa futura de perda para alunos com parcelamentos, que é superior à média dos alunos pagantes; e
- (b) o percentual de evasão histórica de alunos. Movimentação na provisão para perdas de crédito esperadas.

A exposição da Fundação a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de alunos e a outras contas é divulgada na Nota Explicativa nº 21.







Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Fundação Hermínio Ometto

# Imobilizado

	Móveis e utensílios - Reavaliação	834.606	(16.926)	817.680	(8.173)	809.507	ļ
	Móveis e utensílios	4.553.019	9.023	4.522.741	43.727 (8.970)	4.557.498	Adiantamento fornecedores -
	Instalações - Reavaliação	1.920.871	(3.616)	1.917.255	(39.364)	1.877.891	Imobilizado em
	Instalações	20.614.340	973.607 (66.415) 83.698	21.605.230	810.591 (62.803)	22.353.018	- Obras em
	Benfeitorias com pavimentação	3.612.906	1.982.693	5.595.599	3 6 6	5.595.599	Terrenos -
	Benfeitorias em imóveis de terceiros	211.488	SE CHILL SE	211.488		211,488	
	Edificações - Reavaliação	22.539.191	છ કાસી	22,539,191	35 A 3	22.539.191	Veículos -
	Edificações	43.078.657	223.260	43.301.917	1.235.338	44.537.255	>
Movimentação do custo	Custo	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Adições Baixas Transferências	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Adições Baixas Transferências	Saldo em 31 de dezembro de 2021	
							0

Custo	Veículos	Veículos - Reavaliação	Biblioteca	Terrenos	Terrenos - Reavaliação	Obras em andamento
Saldo em 31 de dezembro de 2019	314.617	34.079	4.246.019	300.000	6.179.550	4.516.751
Adições Baixas Transferências	3 6 3	9 8 8	(1.483)	K (F) L	* * *	1.437.660 (2.231.189)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	314.617	34.079	4.244.536	300.000	6.179.550	3.723.222
Adições Baixas Transferências	· · · · ·	* 3* *	1.500	F (F )		(1.235.338)

1.800.049 (119.310)

57.500

116.987.844

57.500

3.374.615

6.179.550

300.000

4.246.036

34.079

314.617

29

115.307.105

2.478.752 (127.741)

58.462

(58.462)

Total

Móveis

andamento

112.956.094

Saldo em 31 de dezembro de 2021

Adições Baixas

www.fho.edu.br

Fundação Hermínio Ometio Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Denreciacão	Edificações	Edificações - Reavaliação	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Benfeitorias com pavimentação	Instalações	Instalações - Reavaliação	Móveis e utensílios	Móveis e utensílios - Reavaliação
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(5 784 702)	(7.304.567)	(126.893)	(478.613)	(12.563.218)	(1.891.618)	(2.541.887)	(833,259)
Adições Baixas	(1 085 639)	(422 967)	(8 460)	(150 024)	(1.737.679) 64.166	(14.257)	(375.220)	(527)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(6,870,341)	(7.727.534)	(135.353)	(628.637)	(14.236.731)	(1.902.282)	(2.891.562)	(816.859)
Adições Baixas	(1.090.603)	(422 967)	(8,460)	(229,332)	(1.718,381)	(9.230) 39.359	(359.153)	(463) 8.173
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(7 960 944)	(8,150,501)	(143,813)	(857.969)	(15.899.552)	(1.872.153)	(3.242.689)	(809,149)
Valor liquido contábil: Em 31 de dezembro de 2021 Em 31 de dezembro de 2020	36,576,311 36,431,576	14,388,690 14,811,657	67.675 76.135	4.737.630 4.966.962	6,453.466 7,368.499	5.738 14.973	1,314,809	358 821
Depreciação	Veículos	Veículos - Reavaliação	Biblioteca	Terrenos - Terrenos - Reavaliação	Terrenos - Obras em eavaliação andamento	Imobilizado em andamento	Adiantamento fornecedores - Móveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(281.867)	(34 078)		3.			**	(31.840.702)
Adições Baixas	(5.128)	e e	E E	12405 410	1.0	5¥ 39	00 OK	(3,799.901) 110 <u>,</u> 231
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(286.995)	(34.078)	\$1 \$4	1				(35,530,372)
Adições Baixas	(5.128)	v . i	(a.Sw)	n of	2.20	4. X	¥. X	(3.843.717)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(292.123)	(34.078)	1	¥.ó		39	*	(39.262.971)

30

www.fho.edu.br

77.724.873

57.500

3.374.615 3.723.222

6.179.550 6.179.550

300.000 300.000

4.246.036 4.244.536

22.494 27.622

Em 31 de dezembro de 2021 Em 31 de dezembro de 2020



A Fundação monitora o seu ativo imobilizado por meio de indicadores internos e externos, objetivando identificar eventuais impactos no valor recuperável dos mesmos.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação

A Fundação analisa anualmente as taxas de depreciação dos itens do seu ativo imobilizado. Em 2021, houve revisão das referidas taxas sem a necessidade de sua alteração em relação a 2020.

#### Financiamentos e empréstimos 12

	2021	2020
Moeda Nacional Finame - juros de 5% a 11,48% a.a. Empréstimos bancários para capital de giro - juros 7,31% a 12,41% a.a.	512.287 12.949.531	1.013.954 23.305.288 25.757
Cédula de crédito bancário – juros 15,67% a.a. Crédito direto ao consumidor – juros 11,09% a.a. Leasing – juros de 8,99% a.a.	31.158 118.640	41.476 158.186 24.544.661
Parcela a amortizar a curto prazo classificada no passivo circulante	(10.885.912)	(11.531.015)
Passivo não circulante	2.725.704	13.013.646

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	2021	2020
Ano de vencimento:		
2022	.75	10.406.405
2023	2.621.560	2.502.170
2024	100.569	101.607
2025	3.575	3.464
	2.725.704	13.013.646

As garantias oferecidas pela Fundação por modalidades de empréstimos são as que seguem:

Modalidade	Garant

Finame Empréstimos conta garantida Empréstimos bancários para capital de giro Crédito direto ao consumidor

Alienação fiduciária de ativo fixo Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios Alienação fiduciária de ativo fixo



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Fundação Hermínio Ometto

12.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Variações dos financiamentos e	Saldo inicial	empréstimos e	empréstimos e	Pagamento de	Juros	Saldo tinal
	empréstimos	01/01/2021	financiamentos	financiamentos	juros	apropriados	31/12/2021
	Financiamentos e empréstimos	24.544.661	*	(11.231.992)	(1.293.246)	1.592.193	13.611.616
	Passivo de arrendamento	(1.339.924)	9)	(164.542)	4	х	(1.504.466)
	Movimentações sem efeito caixa					!	
			Adição de provisão	Baixa de contrato	Amortização de	Adição de AVP	
	Passivo de arrendamento	1.552.820	71.122	(1.500)	15.236	(4.789)	1.632.889
		24 757 558	71.122	(11.398.034)	(1.278.010)	1.587.404	13.740.039
	l otal						
			Recursos				
	Variações dos financiamentos e	Saldo inicial	provenientes de empréstimos e	Pagamentos de empréstimos e	Pagamento de	Juros	Saldo final
	empréstimos	01/01/2020	financiamentos	financiamentos	juros	apropriados	31/12/2020
	Financiamentos e empréstimos	22.562.624	31.760.174	(28.658.228)	(4.239.073)	3.119.164	24.544.661
/	Passivo de arrendamento	(933.449)	**	(406.475)		4	(1.339.924)
_	Movimentações sem efeito caixa		Adicão de provisão	Baixa de contrato	Amortização de	Adicão de AVP	

As movimentações referente a adições e baixas de contratos não possuem efeito caixa, bem como não há ajuste ao lucro, pois são provisões realizadas entre as contas de ativo e passivo.

32

1.552.820

(112)

AVP 36.363

(i) (722.940)

.**(i)** 300.263

1.939.246

24.757.558

3.119.052

(4.202.709)

(29.787.644)

32.060.437

23.568.421



Passivo de arrendamento

Total

www.fho.edu.br



#### 13 Salários e férias a pagar

	2021	2020
Salários a pagar Provisão de férias INSS a recolher FGTS a recolher	1.744.569 2.154.783 226.070 501.824	1.860.218 2.377.093 204.167 578.842
	4.627.246	5.020.320

#### 14 Outras contas a pagar

	2021	2020
Repasses prestação serviços (i) Outras	3.043.884 190.482	3.204.687 225.218
	3.234.366	3.429.905
Passivo circulante	(1.655.769)	(1.948.229)
Passivo não circulante	1.578.597	1.481.676

<sup>(</sup>i) Refere-se a contratos firmados com parceiros para prestação de serviços educacionais referente à oferta de cursos de pós-graduação "lato sensu" e de programas de pós-graduação "stricto sensu" em diversas áreas. Do valor recebido das mensalidades um percentual estabelecido em contrato é repassado aos parceiros mensalmente.

#### 15 Impostos a recolher

	2021	2020
I.R.R.F a recolher s/ salário Outras	887.245 21.619	912.364 29.924
	908.864	942.288

#### 16 Provisões de processos judiciais

#### Demandas judiciais

A Fundação está exposta a certos riscos, representados em processos tributários e reclamações trabalhistas e cíveis, que estão provisionados nas demonstrações financeiras, em virtude de serem considerados como de chance de êxito remota na defesa destes, ou pela sua importância na situação patrimonial da Fundação.

Os processos provisionados foram considerados adequados pela Administração com base em vários fatores, incluindo (mas não se limitando) a opinião dos assessores jurídicos da Fundação, a natureza dos processos e a experiência histórica.







Os valores provisionados relativos às demandas em discussão judicial eram:

	2021	2020
Cíveis e trabalhistas	50.000	40.000
	50.000	40.000

#### A movimentação ocorrida no exercício foi a seguinte:

	Cíveis e trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	40.000	40.000
Complemento de provisões durante o exercício Baixas de provisões durante o exercício	17.311 (7.311)	17.311 (7.311)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	50.000	50.000

A Fundação possui outros processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de risco possível e cujas eventuais perdas financeiras foram mensuradas no montante de R\$ 23.088.638 (R\$ 46.658.961 em 31 de dezembro de 2020) e nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras.

As eventuais perdas mensuradas neste montante se referem a reclamações trabalhistas e cíveis e a autos de infração lavrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil nos exercícios de 2009 e 2010, referentes às verbas previdenciárias não recolhidas, relativas às competências de outubro de 2004 a agosto de 2009, por entender que a Fundação não obteve o CEBAS. A Fundação, assim como diversas outras entidades filantrópicas, protocolou os pedidos de renovação, todavia não obteve as respectivas certidões expedidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social. Baseada neste fato, a Secretaria da Receita Federal do Brasil entrou com pedido de cancelamento da isenção, e a Fundação, por meio de Mandado de Segurança, obtendo decisão definitiva de seu pedido de anulação do ato de cancelamento movido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, encerrando-se com êxito a via judicial. A Fundação está aguardando a baixa definitiva do respectivo auto de infração pela Receita Federal do Brasil após informa-la sobre o trânsito e julgado da decisão judicial que lhe fora favorável.

A Fundação — baseada: a) na avaliação de êxito dos seus assessores jurídicos, que consideram possível o risco de perda das respectivas ações; b) no fato de que efetivamente cumpriu ao longo dos exercícios com suas obrigações de assistência social e protocolou no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) os respectivos pedidos de renovação do CEBAS; e c) no fato de que em 2009 obteve por meio da Medida Provisória nº 446/2008 o deferimento do certificado de entidade beneficente pelo CNAS e, desde então, tem renovado sem problema a sua certificação até a presente data e por isso não reconheceu nenhuma provisão para contingências fiscais nas demonstrações financeiras relativas a tal assunto.

#### 17 Patrimônio Líquido

#### a. Patrimônio Social

As rendas geradas pela Fundação são empregadas integralmente nos seus objetivos sociais comentados na Nota Explicativa nº1.

9



Na eventual possibilidade de encerramento das atividades da Fundação, seu acervo será incorporado integralmente ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Araras, respeitadas as condições impostas às doações imobiliárias e a obrigação de destiná-lo a finalidades educacionais. Caso o acervo recebido venha a ser transferido pela Prefeitura Municipal de Araras à outras entidades com finalidade educacional, estas deverão necessariamente estar registradas como Entidade Beneficente de Assistência Social.

#### b. Reserva de reavaliação

Decorre dos saldos da reserva de reavaliação de ativos próprios, contabilizada pela Fundação no exercício findo em 31 de dezembro de 2007, e que vem sendo realizado mediante alienação, baixa e depreciação dos respectivos bens do ativo imobilizado reavaliado.

#### c. Superávit do exercício

O superávit apurado no exercício será destinado integralmente no próximo exercício para o Patrimônio social conforme art.2º do Estatuto social da Fundação Hermínio Ometto.

#### 18 Receitas operacionais

	2021	2020
Receita bruta de prestação de serviços educacionais Receitas de mensalidades/anuidades educacionais Receitas de mensalidades com gratuidades - Bolsas Outros serviços educacionais	110.321.535 61.327.413 454.022	131.043.038 70.529.432 398.748
	172.102.970	201.971.218
(-) Deduções da receitas  Bolsas de estudos Prouni - Integrais 100%  Bolsas de estudos Prouni - Parciais 50%  Bolsas de estudos Institucionais - Integrais 100%  Bolsas de estudos Institucionais - Parciais 50%  Outras bolsas de estudo  Devoluções e cancelamentos  Descontos concedidos  COFINS isenta sobre faturamento	(15.440.998) (8.122.721) (2.866.794) (34.896.901) (14.484.428) (9.584.355) (7.407.540) (5.213.746)	(19.642.011) (12.735.879) (459.967) (37.691.575) (14.969.051) (15.791.506) (8.863.439) (5.638.299)
	(98.017.483)	(115.791.727)
Receita operacional líquida	74.085.487	86.179.491

#### 19 Despesas operacionais por natureza

	2021	2020
Salários e encargos sociais	(41.822.819)	(46.369.121)
Serviços prestados por terceiros	(5.896.602)	(5.709.368)
Depreciação e amortização	(4.058.440)	(4.276.570)
Beneficios e concessões a funcionários	(3.007.292)	(3.368.190)
Viagens e representações	(108.278)	(182.160)
Energia elétrica	(990.627)	(921.730)
Aluguéis	(17.392)	(71.566)
Divulgação	(565.802)	(598.248)
Gastos com manutenção e combustíveis	(1.091.356)	(744.329)
Outros gastos	(3.599.865)	(3.471.200)
Custos de contribuição previdenciária isenta	(8.478,044)	(9.310.348)
Contribuição previdenciária isenta	8.478.044	9.310.348

(61.158.473) (65.712.482)

35

A



6

Fundação Hermínio Ometto Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

	2021	2020
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função: Custos dos serviços educacionais Custos dos serviços de atendimentos à população Administrativas e gerais Custos de contribuição previdenciária isenta Contribuição previdenciária isenta	(43.252.295) (2.408.283) (15.497.895) (8.478.044) 8.478.044	(48.906.478) (2.132.666) (14.673.338) (9.310.348) 9.310.348
	(61.158.473)	(65.712.482)

## 20 Financeiras líquidas

#### Receitas financeiras

	2021	2020
Encargos recebidos sobre mensalidades em atraso Atualização PagFácil(i) Multas/Juros Rendimento de aplicações financeiras Juros reconhecidos referente créditos a receber Atualização de tributos e contribuições a recuperar Outras receitas financeiras	6.316.368 9.490.748 629.687 485.409 6 23.485	4.371.228 61.277 538.237 114.996 877.343 80 1.649

(i) No exercício 2020 não ocorreu a atualização dos títulos do crédito estudantil próprio, já em 2021 ocorreu a atualização devido ao reajuste das mensalidades.

## Despesas financeiras

	2021	2020
Despesas com taxas do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC)  Juros e encargos financeiros  Descontos concedidos - Campanha de cobrança  Ajuste a valor presente de créditos a receber  Outras despesas financeiras  Despesas bancárias	(12.876) (1.603.577) (1.459.205) (2.098.798) (93.701) (5.930)	(76.285) (3.164.318) (921.495) (2.001.184) (109.797) (23.361) (6.296.440)
	(3.2/4.08/)	(0.290.440)
Resultado financeiro líquido	11.671.616	(331.630)

# 21 Instrumentos financeiros

#### Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Fundação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito

**3**6



- Risco de liquidez
- Risco operacional

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Fundação a cada um dos riscos supramencionados, seus objetivos, suas políticas e seus processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Fundação. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Diretoria Administrativo-financeira tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Fundação. A Diretoria Administrativo-financeira é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente à Diretoria Administrativo-financeira sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Fundação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Fundação para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Fundação. Esta, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, tem por objetivo desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os funcionários entendem os seus papéis e obrigações.

## Risco de crédito (Contas a receber de alunos e outros créditos)

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Fundação caso seus alunos falhem em cumprir com suas obrigações contratuais. A Fundação realiza análises periódicas na inadimplência em sua carteira em aberto, bem como realiza todos os procedimentos de cobrança permitidos pela legislação vigente. Adicionalmente a Fundação reconhece provisões para créditos de liquidação duvidosa em bases mensais, de forma a manter os saldos de contas a receber pelo seu valor líquido de realização mais provável, utilizando-se de sistemáticas consistentes ao longo dos exercícios.

Também, a Administração, visando a minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

## Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativos	Nota	2021	2020
Caixa e bancos Aplicações financeiras Contas a receber de alunos Outros créditos	9 9 10	66.403 7.432.687 150.264.122 1.002.825	40.723 8.278.259 131.612.233 999.679
Total	,	158.766.037	140.930.894



Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Fundação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Fundação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Fundação.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

			2021		
	Valor Contábil	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 Anos
Passivos					
Fornecedores	797.131	797.131	S = 2	: :=::::::::::::::::::::::::::::::::::	1.5
Financiamentos e empréstimos	13.611.616	5.959.386	4.926.526	2.621.560	104.144
Outras contas a pagar	3.234.366	1.655.769	114	1.578.597	
Total	17.643.113	8.412.286	4.926.526	4.200.157	104.144
			2020		
	Valor	6 meses	6 - 12	1 - 2	2 - 5
	Contábil	ou menos	meses	anos	Anos
Passivos					
Fornecedores	639.040	639.040	¥	*	-
Financiamentos e empréstimos	24.544.661	4.906.938	6.624.077	10.406.405	2.607.241
Outras contas a pagar	3.429.905	1.948.229		1.481.676	
Total	28.613.606	7.494.207	6.624.077	11.888.081	2.607.241
Não é esperado que fluxos o	le caixa, incluí	dos nas anális	es de maturio	lade da Fundad	cão, possan
ocorrer significantemente n					

ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significantemente Explicativa nº 10.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Fundação e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Fundação.

O objetivo da Fundação é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Fundação.

Gestão de capital

A política da Diretoria Administrativo-financeira é manter uma sólida base de capital para manter o desenvolvimento futuro das atividades da Fundação. A Diretoria monitora os resultados das atividades operacionais, bem como de suas reservas financeiras, de forma a cumprir compromissos existentes no final de cada exercício.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.



## Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas categorias

	2021	
	Valor justo através do resultado	Pelo custo amortizado
Ativos	7.400.000	
Caixa e equivalentes de caixa	7.499.090	150 264 122
Contas a receber de alunos	-	150.264.122 1.002.825
Outros créditos	*	1.002.825
Passivos		505.121
Fornecedores	•	797.131
Financiamentos e empréstimos	•	13.611.616
Adiantamento de alunos e de convênios		537.385
Total	7.499.090	166.213.079
	2020	0
	Valor justo através do resultado	Pelo custo amortizado
Ativos	8.318.982	-
Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber de alunos	0.510.702	131.612.233
Outros créditos	-	999.679
Passivos		
Fornecedores		639.040
Financiamentos e empréstimos		24.544.661
Adiantamento de alunos e de convênios	- <u> </u>	366.504
Total	8.318.982	158.162.116

#### Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de justo:

- Caixa e equivalentes de caixa São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.
- O contas a receber de alunos e outros créditos, fornecedores e outras contas decorrentes diretamente das operações da Fundação, estão sendo contabilizados pelo seu custo amortizado, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração.







• Os financiamentos estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. Para fins de divulgação, os saldos contábeis são equivalentes aos valores justos, por se tratarem de captações com características exclusivas, decorrentes de fontes de financiamento específicas, indexados às taxas prefixadas.

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	2021		2020	0
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Contas a receber de alunos	150.264.122	150.264.122	131.612.233	131.612.233
Outros créditos	1.002.825	1.002.825	999.679	999.679
Passivos				
Fornecedores	797.131	797.131	639.040	639.040
Financiamentos e empréstimos	13.611.616	13.611.616	24.544.661	24.544.661
Adiantamentos de alunos e de convênios	537.385	537.385	366.504	366.504
Outras contas a pagar	3.234.366	3.234.366	3.429.905	3.429.905

#### Hierarquia de valor justo

Para os valores justos reconhecidos no balanço, o Pronunciamento Técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros Evidenciação requer a divulgação para cada classe de instrumentos financeiros e derivativos, a qual classe de apuração do valor justo foi utilizada, seguindo as definições abaixo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Para tanto, a Fundação definiu os respectivos níveis da seguinte forma:

Nível 2 - São classificados nesse nível caixa e bancos, registrados pelo valor depositado nas instituições financeiras, caixa e equivalentes de caixa, representados por aplicações financeiras CDB - DI, negociados com seus respectivos bancos e mensurados pela cotação de mercado, divulgados pelas respectivas bolsas de valores (BM&F Bovespa e CETIP).

	Valor contábil em 2021	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Caixa e equivalentes de caixa	7.499.090	7.499.090	// <del>E</del> /	540
	Valor contábil em 2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Ativos</b> Caixa e equivalentes de caixa	8.318.982	8.318.982	_ II	121
		2	٨	1

3

4

www.fho.edu.br



#### 22 Partes relacionadas

### Operações com o pessoal-chave da Administração

Os membros do Conselho Superior são responsáveis pela Administração da Fundação de acordo com o art. 4º do seu Estatuto Social e são consideradas as pessoas-chave que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Fundação.

Os membros do Conselho Superior não possuem nenhum tipo de remuneração ou benefício, diretos ou indiretos. Desta forma, não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em *performance* de superávit.

## 23 Informações adicionais

Em atendimento ao art. 3º da Lei Complementar nº 187/2021, a Fundação está divulgando como informações adicionais o balanço patrimonial e a demonstração de resultados do exercício na data-base 31 de dezembro de 2021 relacionadas às áreas de educação e outras atividades institucionais, conforme quadro abaixo:

Ativo	Área da educação	Outras atividades	Total
Caixa e equivalentes de caixa	7.454.010	45.080	7.499.090
Contas a receber de alunos	95.407.968	⊋	95.407.968
Ajuste a valor presente	(259.792)	-	(259.792)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(50.100.247)		(50.100.247)
Repasse de recursos	10.165.615	(10.165.615)	2
Estoques	89.305	144.861	234.166
Outros créditos	823.920	73.419	897.339
Total do ativo circulante	63.580.779	(9.902.255)	53.678.524
Depósitos judiciais	187.432	12	187.432
Contas a receber de alunos	123.497.025	*	123.497.025
Ajuste a valor presente	(3.706.652)	2	(3.706.652)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(14.574.180)	~	(14.574.180)
Outros créditos	105.486	9	105.486
Direito de uso	123.070		123.070
Imobilizado	75.319.365	2.405.508	77.724.873
Intangível	128.104		128.104
Total do ativo não circulante	181.079.650	2.405.508	183.485.158
Total do ativo	244.660.429	(7.496.747)	237.163.682

Passivo	Área da educação	Outras atividades	Total
Financiamentos e empréstimos	10.885.912	-	10.885.912
Fornecedores	796.000	1.131	797.131
Passivo de arrendamento	118.892	(#)	118.892
Impostos e contribuições a recolher	906.372	2.492	908.864
Salários e férias a pagar	4.590.173	37.073	4.627.246







Fundação Hermínio Ometto Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Passivo	Área da educação	Outras atividades	Total
Parcelamento de impostos - Lei nº 11.941/09	183.601	<u> </u>	183.601
Adiantamentos de alunos e de convênios	533.348	=	533.348
Receita diferida	127.551	æ	127.551
Outras contas a pagar	1.655.570	199	1.655.769
Total do passivo circulante	19.797.419	40.895	19.838.314
Financiamentos e empréstimos	2.725.704		2.725.704
Parcelamento de impostos - Lei nº 11.941/09	321.302	Sir	321.302
Passivo de arrendamento	9.531	-	9.531
Provisões de processos judiciais	50.000	#2.0	50.000
Adiantamentos de alunos e de convênios	4.037 393.282	:=1	4.037 393.282
Receita diferida Outras contas a pagar	1.578.597	·	1.578.597
Out as contas a pagar		-	
Total do passivo não circulante	5.082.453		5.082.453
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	171.226.245	(7.325.156)	163.901.089
Reserva de reavaliação	20.499.242	75.969	20.575.211
Superávits acumulados	28.055.070	(288.455)	27.766.615
Total do patrimônio líquido	219.780.557	(7.537.642)	212.242.915
Total do passivo	24.879.872	40.895	24.920.767
Total do passivo e patrimônio líquido	244.660.429	(7.496.747)	237.163.682
Demonstrações de resultados	Área da educação	Outras atividades	Total
		-	Total
Receita bruta da prestação de serviços educacionais		-	<b>Total</b>
	educação	atividades	
Receita bruta da prestação de serviços educacionais Receitas de mensalidades/anuidades educacionais	educação 110.321.535	atividades	110.321.535
Receita bruta da prestação de serviços educacionais Receitas de mensalidades/anuidades educacionais Receitas de mensalidades com gratuidades - Bolsas Outros serviços educacionais (-) Deduções das receitas	educação 110.321.535 61.327.413 454.022	atividades	110.321.535 61.327.413 454.022
Receita bruta da prestação de serviços educacionais Receitas de mensalidades/anuidades educacionais Receitas de mensalidades com gratuidades - Bolsas Outros serviços educacionais (-) Deduções das receitas Bolsas de estudos Prouni - Integrais - 100%	educação  110.321.535 61.327.413 454.022 (15.440.998)	atividades	110.321.535 61.327.413 454.022 (15.440.998)
Receita bruta da prestação de serviços educacionais Receitas de mensalidades/anuidades educacionais Receitas de mensalidades com gratuidades - Bolsas Outros serviços educacionais (-) Deduções das receitas Bolsas de estudos Prouni - Integrais - 100% Bolsas de estudos Prouni - Parciais - 50%	educação  110.321.535 61.327.413 454.022  (15.440.998) (8.122.721)	atividades	110.321.535 61.327.413 454.022 (15.440.998) (8.122.721)
Receita bruta da prestação de serviços educacionais Receitas de mensalidades/anuidades educacionais Receitas de mensalidades com gratuidades - Bolsas Outros serviços educacionais (-) Deduções das receitas Bolsas de estudos Prouni - Integrais - 100% Bolsas de estudos Prouni - Parciais - 50% Bolsas de estudos institucionais - Integrais - 100%	educação  110.321.535 61.327.413 454.022  (15.440.998) (8.122.721) (2.866.794)	atividades	110.321.535 61.327.413 454.022 (15.440.998) (8.122.721) (2.866.794)
Receita bruta da prestação de serviços educacionais Receitas de mensalidades/anuidades educacionais Receitas de mensalidades com gratuidades - Bolsas Outros serviços educacionais (-) Deduções das receitas Bolsas de estudos Prouni - Integrais - 100% Bolsas de estudos Prouni - Parciais - 50% Bolsas de estudos institucionais - Integrais - 100% Bolsas de estudos institucionais - Parciais - 50%	educação  110.321.535 61.327.413 454.022  (15.440.998) (8.122.721) (2.866.794) (34.896.901)	atividades	110.321.535 61.327.413 454.022 (15.440.998) (8.122.721) (2.866.794) (34.896.901)
Receita bruta da prestação de serviços educacionais Receitas de mensalidades/anuidades educacionais Receitas de mensalidades com gratuidades - Bolsas Outros serviços educacionais (-) Deduções das receitas Bolsas de estudos Prouni - Integrais - 100% Bolsas de estudos Prouni - Parciais - 50% Bolsas de estudos institucionais - Integrais - 100% Bolsas de estudos institucionais - Parciais - 50% Outras bolsas de estudos	educação  110.321.535 61.327.413 454.022  (15.440.998) (8.122.721) (2.866.794) (34.896.901) (14.484.428)	atividades	110.321.535 61.327.413 454.022 (15.440.998) (8.122.721) (2.866.794) (34.896.901) (14.484.428)
Receita bruta da prestação de serviços educacionais Receitas de mensalidades/anuidades educacionais Receitas de mensalidades com gratuidades - Bolsas Outros serviços educacionais (-) Deduções das receitas Bolsas de estudos Prouni - Integrais - 100% Bolsas de estudos Prouni - Parciais - 50% Bolsas de estudos institucionais - Integrais - 100% Bolsas de estudos institucionais - Parciais - 50% Outras bolsas de estudos Devoluções e cancelamentos	educação  110.321.535 61.327.413 454.022  (15.440.998) (8.122.721) (2.866.794) (34.896.901) (14.484.428) (9.584.355)	atividades	110.321.535 61.327.413 454.022 (15.440.998) (8.122.721) (2.866.794) (34.896.901)
Receita bruta da prestação de serviços educacionais Receitas de mensalidades/anuidades educacionais Receitas de mensalidades com gratuidades - Bolsas Outros serviços educacionais (-) Deduções das receitas Bolsas de estudos Prouni - Integrais - 100% Bolsas de estudos Prouni - Parciais - 50% Bolsas de estudos institucionais - Integrais - 100% Bolsas de estudos institucionais - Parciais - 50% Outras bolsas de estudos	educação  110.321.535 61.327.413 454.022  (15.440.998) (8.122.721) (2.866.794) (34.896.901) (14.484.428)	atividades	110.321.535 61.327.413 454.022 (15.440.998) (8.122.721) (2.866.794) (34.896.901) (14.484.428) (9.584.355)
Receita bruta da prestação de serviços educacionais Receitas de mensalidades/anuidades educacionais Receitas de mensalidades com gratuidades - Bolsas Outros serviços educacionais (-) Deduções das receitas Bolsas de estudos Prouni - Integrais - 100% Bolsas de estudos Prouni - Parciais - 50% Bolsas de estudos institucionais - Integrais - 100% Bolsas de estudos institucionais - Parciais - 50% Outras bolsas de estudos Devoluções e cancelamentos Descontos concedidos	110.321.535 61.327.413 454.022 (15.440.998) (8.122.721) (2.866.794) (34.896.901) (14.484.428) (9.584.355) (7.407.540)	atividades	110.321.535 61.327.413 454.022 (15.440.998) (8.122.721) (2.866.794) (34.896.901) (14.484.428) (9.584.355) (7.407.540)
Receita bruta da prestação de serviços educacionais Receitas de mensalidades/anuidades educacionais Receitas de mensalidades com gratuidades - Bolsas Outros serviços educacionais (-) Deduções das receitas Bolsas de estudos Prouni - Integrais - 100% Bolsas de estudos Prouni - Parciais - 50% Bolsas de estudos institucionais - Integrais - 100% Bolsas de estudos institucionais - Parciais - 50% Outras bolsas de estudos Devoluções e cancelamentos Descontos concedidos	educação  110.321.535 61.327.413 454.022  (15.440.998) (8.122.721) (2.866.794) (34.896.901) (14.484.428) (9.584.355) (7.407.540) (5.202.128)	atividades	110.321.535 61.327.413 454.022 (15.440.998) (8.122.721) (2.866.794) (34.896.901) (14.484.428) (9.584.355) (7.407.540) (5.213.746)
Receita bruta da prestação de serviços educacionais Receitas de mensalidades/anuidades educacionais Receitas de mensalidades com gratuidades - Bolsas Outros serviços educacionais (-) Deduções das receitas Bolsas de estudos Prouni - Integrais - 100% Bolsas de estudos Prouni - Parciais - 50% Bolsas de estudos institucionais - Integrais - 100% Bolsas de estudos institucionais - Parciais - 50% Outras bolsas de estudos Devoluções e cancelamentos Descontos concedidos COFINS isenta sobre faturamento	educação  110.321.535 61.327.413 454.022  (15.440.998) (8.122.721) (2.866.794) (34.896.901) (14.484.428) (9.584.355) (7.407.540) (5.202.128)  (98.005.865)	(11.618) (11.618)	110.321.535 61.327.413 454.022 (15.440.998) (8.122.721) (2.866.794) (34.896.901) (14.484.428) (9.584.355) (7.407.540) (5.213.746) (98.017.483)
Receita bruta da prestação de serviços educacionais Receitas de mensalidades/anuidades educacionais Receitas de mensalidades com gratuidades - Bolsas Outros serviços educacionais (-) Deduções das receitas Bolsas de estudos Prouni - Integrais - 100% Bolsas de estudos Prouni - Parciais - 50% Bolsas de estudos institucionais - Integrais - 100% Bolsas de estudos institucionais - Parciais - 50% Outras bolsas de estudos Devoluções e cancelamentos Descontos concedidos COFINS isenta sobre faturamento  Receita operacional líquida Custo dos serviços prestados	educação  110.321.535 61.327.413 454.022  (15.440.998) (8.122.721) (2.866.794) (34.896.901) (14.484.428) (9.584.355) (7.407.540) (5.202.128)  (98.005.865)	(11.618) (11.618)	110.321.535 61.327.413 454.022 (15.440.998) (8.122.721) (2.866.794) (34.896.901) (14.484.428) (9.584.355) (7.407.540) (5.213.746) (98.017.483)
Receita bruta da prestação de serviços educacionais Receitas de mensalidades/anuidades educacionais Receitas de mensalidades com gratuidades - Bolsas Outros serviços educacionais (-) Deduções das receitas Bolsas de estudos Prouni - Integrais - 100% Bolsas de estudos Prouni - Parciais - 50% Bolsas de estudos institucionais - Integrais - 100% Bolsas de estudos institucionais - Parciais - 50% Outras bolsas de estudos Devoluções e cancelamentos Descontos concedidos COFINS isenta sobre faturamento	educação  110.321.535 61.327.413 454.022  (15.440.998) (8.122.721) (2.866.794) (34.896.901) (14.484.428) (9.584.355) (7.407.540) (5.202.128)  (98.005.865)  74.097.105	(11.618) (11.618) (11.618) (672.102)	110.321.535 61.327.413 454.022 (15.440.998) (8.122.721) (2.866.794) (34.896.901) (14.484.428) (9.584.355) (7.407.540) (5.213.746) (98.017.483) 74.085.487 (43.252.295) (2.408.283)
Receita bruta da prestação de serviços educacionais Receitas de mensalidades/anuidades educacionais Receitas de mensalidades com gratuidades - Bolsas Outros serviços educacionais (-) Deduções das receitas Bolsas de estudos Prouni - Integrais - 100% Bolsas de estudos Prouni - Parciais - 50% Bolsas de estudos institucionais - Integrais - 100% Bolsas de estudos institucionais - Parciais - 50% Outras bolsas de estudos Devoluções e cancelamentos Descontos concedidos COFINS isenta sobre faturamento  Receita operacional líquida  Custo dos serviços prestados Custos dos serviços educacionais	educação  110.321.535 61.327.413 454.022  (15.440.998) (8.122.721) (2.866.794) (34.896.901) (14.484.428) (9.584.355) (7.407.540) (5.202.128)  (98.005.865)  74.097.105	(11.618) (11.618)	110.321.535 61.327.413 454.022 (15.440.998) (8.122.721) (2.866.794) (34.896.901) (14.484.428) (9.584.355) (7.407.540) (5.213.746) (98.017.483) 74.085.487
Receita bruta da prestação de serviços educacionais Receitas de mensalidades/anuidades educacionais Receitas de mensalidades com gratuidades - Bolsas Outros serviços educacionais (-) Deduções das receitas Bolsas de estudos Prouni - Integrais - 100% Bolsas de estudos Prouni - Parciais - 50% Bolsas de estudos institucionais - Integrais - 100% Bolsas de estudos institucionais - Parciais - 50% Outras bolsas de estudos Devoluções e cancelamentos Descontos concedidos COFINS isenta sobre faturamento  Receita operacional líquida  Custo dos serviços prestados Custos dos serviços educacionais Custos dos serviços de atendimentos à população	educação  110.321.535 61.327.413 454.022  (15.440.998) (8.122.721) (2.866.794) (34.896.901) (14.484.428) (9.584.355) (7.407.540) (5.202.128)  (98.005.865)  74.097.105	(11.618) (11.618) (11.618) (672.102)	110.321.535 61.327.413 454.022 (15.440.998) (8.122.721) (2.866.794) (34.896.901) (14.484.428) (9.584.355) (7.407.540) (5.213.746) (98.017.483) 74.085.487 (43.252.295) (2.408.283)
Receita bruta da prestação de serviços educacionais Receitas de mensalidades/anuidades educacionais Receitas de mensalidades com gratuidades - Bolsas Outros serviços educacionais (-) Deduções das receitas Bolsas de estudos Prouni - Integrais - 100% Bolsas de estudos Prouni - Parciais - 50% Bolsas de estudos institucionais - Integrais - 100% Bolsas de estudos institucionais - Parciais - 50% Outras bolsas de estudos Devoluções e cancelamentos Descontos concedidos COFINS isenta sobre faturamento  Receita operacional líquida  Custo dos serviços prestados Custos dos serviços educacionais Custos dos serviços de atendimentos à população	educação  110.321.535 61.327.413 454.022  (15.440.998) (8.122.721) (2.866.794) (34.896.901) (14.484.428) (9.584.355) (7.407.540) (5.202.128)  (98.005.865)  74.097.105  (42.580.193) (2.408.283) (8.447.285)	(11.618) (11.618) (11.618) (672.102) (30.759)	110.321.535 61.327.413 454.022 (15.440.998) (8.122.721) (2.866.794) (34.896.901) (14.484.428) (9.584.355) (7.407.540) (5.213.746) (98.017.483) 74.085.487 (43.252.295) (2.408.283) (8.478.044)



Fundação Hermínio Ometto Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Demonstrações de resultados	Área da educação	Outras atividades	Total
Outras receitas operacionais	010.026	207.727	1.307.773
Outras receitas operacionais	910.036	386.736	1.296.772
Serviços voluntários obtidos	6.313	-	6.313
Isenção de contribuições sociais usufruídas	5.202.128	11.618	5.213.746
Outras despesas operacionais			
Provisão para perdas de crédito esperadas	(3.766.417)	=	(3.766.417)
Administrativas e gerais	(15.497.895)	=	(15.497.895)
Contribuição previdenciária isenta	8.447.285	30,759	8.478.044
Despesas com serviços voluntários	(6.313)		(6.313)
	(7.737)	477	(7.737)
Outras despesas operacionais	(7.737)	-	(1.131)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras			
líquidas	15.948.745	(285.366)	15.663.378
Receitas financeiras	16.944.370	1.333	16.945.703
Despesas financeiras	(5.268.593)	(5.494)	(5.274.087)
Financeiras líquidas	11.675.777	(4.161)	11.671.616
Superávit do exercício	27.624.522	(289.528)	27.334.994

## 24 Contribuições sociais usufruídas

A Fundação, na condição de entidade sem fins lucrativos e com atividade preponderante na área da Educação, conta com o CEBAS, publicado no Diário Oficial da União em 29 de novembro de 2021, relativo ao Processo nº nº 23000.022538/2016-46, cuja vigência do certificado é de 17 de maio de 2016 a 16 de maio de 2019, e renovações tempestivas.

Sendo assim a Fundação usufrui da Isenção Tributária até o julgamento dos seus processos, conforme determina o art. 37 § 2º da Lei Complementar nº 187/2021.

Em decorrência, a Fundação está imune de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o eventual superávit apurado, da contribuição previdenciária (quota patronal) ao INSS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e do Programa de Integração Social (PIS) calculado à alíquota de 1% sobre o montante da folha de salários.

Conforme os arts. 3º e 4º da Lei Complementar 187/2021, a entidade beneficente certificada faz jus à imunidade do pagamento das contribuições de que tratam o § 7º do art. 195, os incisos I, III e IV do caput do art. 195 e do art. 239 da Constituição Federal. O total das imunidades das contribuições sociais usufruídas durante o exercício é o seguinte:

	2021 - Em R\$
Isenção de INSS cota patronal sobre remunerações, contribuintes individuais e cooperativas de	
trabalho	8.478.044
Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	5.213.746
, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	
Total das isenções das contribuições sociais usufruídas.	13.691.790
Total das isoliyous das controllyous souther seements.	-
	2020 - Em R\$
Isenção de INSS cota natronal sobre remunerações, contribuintes individuais e cooperativas de	
Isenção de INSS cota patronal sobre remunerações, contribuintes individuais e cooperativas de trabalho	9.310.348
trabalho.	9.310.348 5.638.298
· ·	,
trabalho.	,

9 43

A www.fho.edu.br



## 25 Eventos Subsequentes – Cebas – Filantropia

Em 16 de dezembro de 2021, foi publicado no diário oficial da União a Lei Complementar Nº 187, de 16 de Dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal, tal legislação quando entrou em vigor revogou a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 que regia a matéria consequentemente suas regulações, e dispositivos das Leis 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 12.249, de 11 de junho de 2010. A administração está avaliando os impactos desta nova legislação para a Fundação, em vistas a promover as alterações, se forem necessárias, para o devido cumprimento dos dispositivos que regem a manutenção do Certificado Beneficente de Assistência Social, visando a manutenção e gozo das imunidades tributárias.

## 26 Obrigações da educação para fins do CEBAS

### (i) Cadastro nos sistemas de informação

Conforme previsto no art. 18 Inciso II da Lei Complementar nº 187/2021 e anteriormente no art. 4º do Decreto Federal nº 8.242/14, todas as bolsas de estudos computadas como aplicação em gratuidade pela Fundação estão informadas no Censo da Educação Superior (E-mec). Caso ainda não estejam, por questões operacionais do INEP (datas de fechamento do censo), a Fundação mantém controles destas para que sejam inseridas na próxima abertura do sistema INEP.

#### (ii) Plano nacional de educação

Os serviços de educação desenvolvidos pela Fundação são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Educação — Plano Nacional de Educação (PNE) — e a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96) que está inserida e, como consequência, por elas, regulamentadas.

A Fundação cumpriu as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação vigente na forma do art. 214 da Constituição Federal.

#### (iii) Análise do perfil socioeconômico

A Fundação mantém controle individual dos prontuários, com documentação e informações prestadas pelos alunos, respaldando a análise socioeconômica e a concessão das bolsas educacionais integrais e parciais.

#### (iv) Autorização de funcionamento

De acordo com o que determina o art. 18°, inciso I da Lei Complementar nº 187/2021, a Fundação foi recredenciada junto ao MEC conforme Portaria nº 1.688, de 25 de setembro de 2019, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

## 27 Demonstrativo do cumprimento do mínimo de bolsas integrais

A Fundação já aderente ao atendimento do art. 22 (Educação Superior SEM adesão ao Prouni) da Lei Complementar nº 187/2021, apresenta-se abaixo quadro que demonstra o cumprimento dos requisitos mínimos para a manutenção do certificado de entidade beneficente da Fundação. A Fundação esteve vinculada ao Programa Universidade para Todos — Prouni, desde 2005, tendo oferecido suas bolsas de estudo por este Programa até o processo seletivo, para ingresso em 2020. Por incompatibilidade ao calendário e os cronogramas de oferecimentos das bolsas de estudos do Programa, a Fundação, a partir do ano ingresso 2021, deixou de oferecer bolsas de estudos do



Programa Universidade para Todos – Prouni, tudo conforme e com fundamento ao parágrafo 3 do art. 5 da Lei 11.096 de 2005, onde através do Termo de Solicitação de Desvinculação de Instituição de Ensino Superior, requereu em 18 de novembro de 2020, sua desvinculação ao Programa Universidade para Todos - Prouni, reiterando que o estudante beneficiado pelo programa até o ano ingresso de 2020, gozará do benefício concedido até a conclusão do curso.

As bolsas de estudos integrais e parciais foram concedidas em observância aos critérios socioeconômicos do art. 19 § 1º da Lei Complementar nº 187/2021.

Demonstrativo 1/9 e 1/4	2021
Total de alunos matriculados em dezembro	7.700
<ul> <li>(-) Alunos com bolsa integral 100% - Remanescentes do Prouni - Lei nº 11.096/05</li> <li>(-) Alunos com bolsa integral 100% - Com perfil socioeconômico - Institucionais)</li> <li>Número total de alunos com bolsa integral com perfil socioeconômico</li> <li>(-) Outras bolsas integrais 100% - Convenção coletiva e descontos institucionais</li> </ul>	819 135 954 174
Total de alunos pagantes em dezembro	6.572
Total mínimo de bolsistas integrais por aluno pagante 1 x 9 (Art. 22, § 1º lnc. I)	730
Total mínimo de bolsistas integrais por aluno pagante 1 x 4 (Art. 22 da Lei Compl. nº 187/2021 - Superior SEM Prouni)	1.643
Cumprimento 1 x 9 - Educação Superior Bolsistas integrais (100%) - Prouni e Institucionais	954
Excedente de bolsas da entidade no 1 x 9 em dezembro	224
Cumprimento 1 x 4 - Educação Superior Bolsistas integrais (100%) – Prouni e Institucionais Bolsistas parciais (50%) - Prouni e Institucionais	954 4.587
Total de bolsas integrais concedidas considerando a conversão das bolsas de 50% em integrais (Art. 22, § 1º Inc. II) em dezembro	3.247
Excedente de bolsas da entidade no 1 x 4 em dezembro	1.604

Além da concessão de bolsas de estudos Prouni e Institucionais, a Fundação concedeu em 2021 outras bolsas de estudos, no valor de R\$ 14.484.428 (R\$ 14.969.051 em 2020), conforme demonstrado na nota 18.

## 28 Outras ações institucionais

Embora sua filantropia seja efetivada pela concessão de bolsa de estudos, a Fundação dispõe de outras ações institucionais por meio de programas de atendimento gratuito à população dentro das clinicas em complemento ao ensino prático de nossos alunos. Esses atendimentos representaram no ano de 2021, 270.440 atendimentos (27.316 em 2020) perfazendo um custo no montante de R\$ 2.408.283 (R\$ 2.132.666 em 2020).



#### Quadro demonstrativo dos atendimentos realizados

8	Quantidade realizada em	
ltem	2021	2020
Campanhas Comunitárias	233.697	2.353
Parceria AEHDA	839	1.060
Programa de Atendimento à Comunidade Ambulatório Enfermagem	15.117	14.539
Programa de Atendimento à Comunidade na Clínica de Fisioterapia	8.898	1.364
Programa de Atendimento à Comunidade na Clínica de Odontologia	5.726	938
Programa de Atendimento à Comunidade na Clínica de Psicologia	2.847	1.485
Programa de Atendimento à Comunidade na Farmácia Ensino	1.100	1.800
Programa de Atendimento à Comunidade no Laboratório de Análises Clínicas	1.694	2.133
Programa Usina do Saber	300	36
Projeto Rondon	-	1.287
Universidade da Melhor Idade (UNIMID)		20
Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP)	222	267
Núcleo de Tecnologias Assistivas (NTA)		70
Total	270.440	27.316
Total dos custos dos atendimentos (em Reais)	2.408.283	2.132.666

Em virtude da Pandemia do coronavírus (COVID-19), a Administração da FHO suspendeu as aulas presenciais e os atendimentos nas clínicas em 16 de março de 2020. Atendendo ao Plano do Governo de São Paulo e as recomendações dos órgãos sanitários, os atendimentos foram retomados em 2021 com limitações de vagas respeitando o distanciamento social, o que ocorreu com as Clínicas de Enfermagem, Fisioterapia e Odontologia. Os Serviços de Psicologia ocorreram em 2021 por teleatendimento.

No ano de 2021 ocorreu um fato em relação ao número expressivo de atendimentos total, onde é demonstrado os atendimentos realizados pelo Curso de Enfermagem na Campanha de Vacinação contra a gripe realizada pelos alunos da clínica de Enfermagem com mais de 14.000 doses administradas e na Campanha de Vacinação contra o Covid-19 por meio das Campanhas Comunitárias, atuando em parceria à Secretaria de Saúde do município de Araras/SP e efetuando a administração de 79.000 doses no primeiro semestre e 151.000 doses no segundo semestre.

## 29 Adequação das receitas com as despesas com pessoal

A Fundação aplicou 37,95% (35,73% em 2020) de sua receita de mensalidades/anuidades educacionais em custos/despesas com pessoal docente, conforme determina a Resolução CFC nº 1.409/2012 e o parâmetro da Lei das Diretrizes e Base e sua regulamentação, demonstrados a seguir:

5

A



Fundação Hermínio Ometto Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

	2021	2020
Receitas de mensalidades/anuidades educacionais Receitas de mensalidade com gratuidades - Bolsas	110.321.535 61.327.413	131.043.038 70.529.432
(-) Deduções das receitas  Bolsas de estudos Prouni - Integrais 100%  Bolsas de estudos Prouni - Parciais 50%  Bolsas de estudos institucionais - Integrais 100%  Bolsas de estudos institucionais - Parciais 50%  Outras bolsas de estudo  Devoluções e cancelamentos  Descontos concedidos	(15.440.998) (8.122.721) (2.866.794) (34.896.901) (14.484.428) (9.584.355) (7.407.540)	(19.642.011) (12.735.879) (459.967) (37.691.575) (14.969.051) (15.791.506) (8.863.439)
(=) Receitas líquidas de mensalidades/anuidades educacionais	78.845.212	91.419.042
Custos/Despesas com pessoal docente	29.920.700	32.666.524
Percentual de adequação	37,95%	35,73%

#### Aspectos ambientais 30

As instalações da Fundação são sujeitas às regulamentações ambientais. A Fundação diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais, controles e investimentos em equipamentos. A Fundação acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

#### 31 Seguros

A Fundação possui um programa de gerenciamento de riscos, com o objetivo de delimita-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram pelo montante a seguir indicado, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2021, a Fundação possuía as seguintes principais apólices de seguros contratados com terceiros:

	CODETUIA
Bens do imobilizado	50.758.800
Veículos	4.776.800
Resultado financeiro líquido	55.535.600
Resultado financeiro fiquido	33.3

Fundação Hermínio Ometto

Fernando Fernandes Alvares Leite

Presidente

CPF 715.008.208-49

Francisco E. Fernandes Sanches

Diretor Administrativo-financeiro

CPF 037.993,238-56

Jorge Hiroshi Murakami Conselheiro

CPF 670.375.858-15

Paulo César de Moraes Contador - CRC 1SP252960/O-4

aus Que

CPF 078.720.618-05